

Investimento estrangeiro e fluxo imigratório: duas âncoras do crescimento da economia argentina no século XIX

Maria Heloisa Lenz¹

Resumo

O investimento externo e o fluxo imigratório europeu foram um dos seus aspectos marcantes do período do crescimento econômico argentino iniciado no final do século XIX, a *Belle Époque*. Em relação ao investimento, se destaca a extrema importância do capital britânico, sendo essa uma das facetas mais relevantes da relação especial entre a Argentina e a Grã-Bretanha. Outra característica deste período foi o papel da imigração, pela enorme contribuição que a mesma teve na performance da economia argentina. Em razão disso, o estudo dessas duas âncoras do crescimento da economia argentina deste período consiste no objeto do presente artigo. O trabalho será dividido em duas partes. A primeira parte tratará do papel dos investimentos e dos empréstimos externos estrangeiro na Argentina. A segunda examinará o papel da imigração na formação da mão-de-obra argentina.

Palavras chaves: Argentina, investimentos externos, imigração

Abstract

Within the period of economic growth Argentinean - *Belle Époque* - started at the end of the seventies in the nineteenth century, foreign investment and emigration were some of its most striking aspects. Regarding foreign investment, it is the extreme importance of the British capital, and that one of the most important facets of the special relationship between Argentina and Britain. The period also marks the arrival of large arrival of a large flow of immigrants, both anchors of the Argentine economic growth. This theme will be examined in two main segments. In the first segment the focus will be on foreign investment and the loans in Argentina. The second segment will deal with the process of emigration and its rule in the labor in Argentina.

Key words: Argentina, foreign investment, emigration.

¹ Professora Doutora do Curso de Pós-Graduação e do Departamento de Economia da UFRGS. Texto apresentado em 10/03/2010. Aprovado em 10/04/2010.

Introdução

Dentro do período do crescimento econômico iniciado na Argentina no final dos anos setenta no século XIX, a chamada *Belle Époque*, o investimento externo e a imigração, foram um dos seus aspectos mais marcantes. A intensidade do crescimento desse período fez com que a Argentina despontasse como o principal representante dos processos de crescimento que marcaram o continente latino-americano nos séculos XIX e XX, valendo-lhe também a comparação com os principais países ocidentais. Isto levou inclusive a uma troca de posição relativa em termos de crescimento econômico entre a Argentina e os demais países latino-americanos que o experimentaram a partir do último quartel do século XIX.

Em relação ao investimento externo, destacam-se a extrema importância e a dependência do capital britânico, sendo essa uma das facetas mais relevantes da relação especial entre a Argentina e a Grã-Bretanha. O período também marca a chegada da grande chegada de um grande fluxo de imigrantes no país. Em razão disso, o estudo dessas duas âncoras do crescimento da economia argentina deste período, investimentos e emigração, consiste no objeto do presente artigo. O trabalho será dividido em duas partes principais. A primeira parte tratará do papel dos investimentos e dos empréstimos externos estrangeiro na Argentina em relação a este período. A segunda examinará o papel da imigração na formação da mão-de-obra argentina, influência fundamental na geração da identidade do país.

A chegada da grande onda de investimento estrangeiro na Argentina no século XIX

O capital externo foi crucial no desenvolvimento da Argentina, tornando os fluxos internacionais vitais para o seu crescimento. Existem várias explicações na literatura para a adoção desse modelo aberto, desde a visão de que a sua escolha foi ditada pelas potências estrangeiras, dentro da visão da teoria do imperialismo, até que ele foi adotado por uma necessidade imperiosa, em razão da baixa capacidade de poupança interna do país decorrente do crescimento demográfico associado à grande onda imigratória que originou uma estrutura populacional etária jovem, não poupadora. Sem dúvida, os empréstimos externos, principalmente do mercado financeiro de Londres, financiaram um expressivo incremento tanto do capital como da renda, fazendo da Argentina uma das economias de crescimento mais rápido do mundo.

Nos anos anteriores a 1880, o estoque de capital fixo na Argentina era escasso. A riqueza do país na época constituía-se de ativos fixos basicamente na forma de grandes extensões de terra, tanto rurais como urbanas, e de ativos móveis como gado. Além disso, as instituições eram poucas, havendo a necessidade crítica de investimento em infra-estrutura. Numa economia nova, rural e também orientada para exportações de produtos, os transportes por terra e por mar eram absolutamente indispensáveis.

Por isso, esse período reflete a formação do capital argentino e de um grande volume de empréstimos e investimentos externos provenientes da Inglaterra primordialmente para a construção de estradas de ferro.

O autor Beyhaut (1984) enfatiza que na Argentina existia, enquanto subsistiam as economias regionais, um sistema de comunicações pouco vertebrado em que caravanas de carretas desempenhavam o papel principal. As ferrovias construídas predominantemente com capitais ingleses vindos para a Argentina após 1860 correspondem ao rompimento desse sistema, alterando a relação dessas regiões em benefício das províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Entre Rios e propiciando o desmembramento de Catamarca e de todo o noroeste argentino. O sistema de estradas de ferro integrou-se, então, com um sistema dominado pelo capital estrangeiro que, por sua vez, assegurou altos fretes em seu benefício.

Ao mesmo tempo, em um país com vastas extensões de terra tão distantes dos países líderes, sem população assentada na área rural, e com uma economia girando em torno das exportações para o outro lado do Atlântico, o transporte por via terrestre e marítima era absolutamente indispensável, assim como a existência de portos e armazéns. (Cortés Conde, 1997). Por essas características de país de colonização recente, com uma economia com condições de crescimento e sem a formação de capital adequada para os investimentos, era natural que a Argentina contasse e passasse a atrair o investimento estrangeiro.

A primeira corrente importante de investimentos estrangeiros - que começou com a subida de Bartolomé Mitre à presidência, em 1862, e durou até a crise de 1874/75- foi constituída por capital quase que exclusivamente britânico. O Estado jogou um papel relevante na atração desses investimentos já que a maioria desses, 56,2% em 1875, representavam empréstimos governamentais, responsabilizando o governo argentino pela entrada de

capital e pelos juros dos empréstimos contraídos. (Ferns, 1960). As primeiras inversões, diferentemente do que ocorreria mais tarde, não visavam lucros expressivos, mas sim a expansão das exportações britânicas e a venda de seus serviços.

Em 1880¹ inaugurou-se uma nova etapa no que se refere ao investimento estrangeiro, em especial o britânico, com características diferentes daqueles do período anterior, pois não dependia mais do desenvolvimento do comércio, ainda que o tenha influenciado no médio prazo.

Pela falta de instituições financeiras capazes de conseguir os fundos necessários para financiar o investimento em capital social fixo, novamente coube ao Estado argentino propiciar o ambiente propício para a chegada dos novos investimentos. O Estado ainda não era capaz de providenciar as receitas necessárias em virtude de as mesmas serem baseadas sobre impostos de importações, que eram insuficientes e na busca desses fundos passou a realizar endividamento externo na Europa, sobretudo com a Inglaterra.

É vital ressaltar que grande parte dos investimentos estrangeiros, públicos ou privados, eram para a formação de um capital social, especialmente para serviços de transportes. Os fundos eram utilizados, primeiramente para a compra direta de bens de produção do estrangeiro, como equipamento de estradas de ferro. Em segundo lugar, o restante era transferido para a Argentina, para financiar os aumentos dos gastos na formação de capital, como atividades de construção ferroviária.

¹ Di Tella e Zylmelman (1976) também afirmam que o início da formação do capital na Argentina ocorreu efetivamente por volta em 1880 e que foi a partir do governo de Juárez Celman, que contraiu empréstimos e promoveu investimentos em estradas de ferro, sem ter em conta nenhum plano orgânico nem mesmo um plano de capacidade de pagamento por parte da Nação.

Para Ford (1975) existem razões tanto de ordem interna como externa para o fato de a Argentina ter se tornado atrativa e segura para os investidores estrangeiros e assim se explicam a grande onda de investimentos externos ocorrida no início dos anos 80. Entre as internas destaca: o fato de o campo ter se tornado um lugar seguro para cultivos permanentes depois das Campanhas de Roca, a existência de um poderoso governo federal que havia empreendido reformas monetárias internas, além da adoção do padrão ouro. Entre as externa o autor salienta as seguintes: as inovações no sistema de transporte marítimo, que reduziram abruptamente os fretes nos fins dos anos 70, aumentando os atrativos das exportações argentinas e a queda da taxa de juros na Europa.

Os resultados desse novo fluxo de investimentos podem ser bem visualizados na tabela 1, em que se destacam os aumentos dos investimentos total e direto, assim como os empréstimos governamentais para o período 1885- 1905.

Tabela 1- Investimentos Britânicos Diretos e de Portfolio na Argentina 1865-1913

	(milhões de libras esterlinas)					
	1865	1875	1885	1895	1905	1913
Investimento Total	2.7	22.6	46.0	190.9	253.6	479.8
Investimento Direto	0.5	6.1	19.3	97.0	150.4	258.7
Investimento Portfolio	2.2	16.5	26.7	93.9	103.2	221.6
Empréstimos Governamentais	2.2	16.5	26.7	90.6	101.0	184.6
Títulos de Créditos	-	-	-	3.4	2.2	37.0

Fonte: Cortés Conde (1989, p.49).

Esse conjunto de investimentos explica o fato de a Argentina ter recebido em 1889 entre 40 e 50% de todas as inversões britânicas fora dela mesmo.

Dados diferentes são apresentados por Ferns (1960), citando Mudhall. Segundo os mesmos, do total de inversões do capital britânico na Argentina, que chegava a 23,06 milhões de libras, 56,2% correspondiam a empréstimos ao governo e 28,6% a estradas de ferro. Isso explicaria por que os fundos originados nesse período foram destinados à extensão de estradas de ferro com fins promocionais da atividade estatal, com proporções semelhantes aos investimentos diretos estrangeiros.

O ímpeto para a escolha das estradas de ferro como principal meio de desenvolvimento do país proveio do entendimento de que a consolidação e a segurança do território eram os dois elementos essenciais para alcançá-lo. A consolidação do território era primordial para o país, particularmente em regiões onde as fronteiras eram mal definidas ou onde vastas áreas eram povoadas por índios selvagens. Por outro lado, a segurança não era meramente conceituada em termos de ameaça de agressão externa, pois a instabilidade doméstica, as rivalidades e os antagonismos regionais também eram forças igualmente potentes confrontando o governo central, sendo a sua construção essencial para a aplicação da autoridade nacional nas províncias.

Durante o período inicial de desenvolvimento, formaram-se seis companhias ferroviárias britânicas que funcionaram na Argentina e de acordos entre o governo nacional e o governo Provincial. Duas delas - o Central Argentino e o Ferrocarril Gran Sud de Buenos Aires- chegaram a ocupar os primeiros lugares entre as estradas de ferro argentinas e se converteram em grandes sistemas de transportes. As outras, o Norte de Buenos Aires, o Buenos Aires y

Enseada, o Ferrocarril de la Campaña e o Este Argentino eram pequenas.

Enquanto o Ferrocarril Central Argentino foi uma companhia de grande porte, criadora de sua própria demanda, com o Estado participando intensamente e com baixa participação de capital privado nacional argentino, sendo também uma companhia de terras, o Ferrocarril Sud foi construído já em uma área densamente povoada e tinha na lista de seus principais acionistas um grande número cidadãos ingleses. A importância das estradas de ferro pode ser medida pelo tratamento a elas dispensado pelas autoridades argentinas, onde se destacam a garantia de 7% sobre o capital e a concessão de uma légua de terra em cada lado do leito da estrada, principalmente nas proximidade das grandes cidades.

Os cálculos dos investimentos britânicos na Argentina, efetuados pelo Secretario Comercial de la Legación Británica em 1890, indicavam que a totalidade das inversões britânicas em várias empresas, inclusive de serviços públicos, alcançava aproximadamente 20 milhões de libras. (Ferns, 1979, p. 479).

Nas palavras de Ferns (1973, p. 129):

"La afluencia de capital y mano de obra a la Argentina que comenzó como un proceso sostenido en 1862, continuó, con sólo un breve período de interrupción a mediados de los años setenta, hasta 1890. A fines de la década del ochenta alcanzó gran intensidad, a tal punto que, entre 1888 y 1889, de la cuarta parte a la mitad de las nuevas emisiones del mercado de capitales de Londres correspondieron a empresas en la Argentina, y cerca de un cuarto de millón de inmigrantes europeos ingresaron en el país".

A tabela 2 que apresenta as novas emissões de capital realizadas por Londres no exterior, cotejadas com as específicas na Argentina, confirma novamente o pico dos

investimentos ingleses na Argentina para o período, alcançando a participação mais alta de 23,4% em 1888.

Tabela 2 - Novas emissões de capital em Londres, para inversões no exterior e na Argentina -1885-1891

(milhões de libras esterlinas)

	(1) Para inversões no exterior	(2) Para a Argentina
1885	48,4	1,8
1886	47,7	11,2
1887	60,9	11,3
1888	95,5	23,4
1889	99,2	12,8
1890	91,1	4,9
1891	46,6	-

Fonte: Ford (1975, p.124).

A tabela 3 apresenta a composição dos investimentos externos para a Argentina para o período 1881-1981, divididos entre empréstimos públicos, para a construção da estrada de ferro Ferrocarril Oeste, os investimentos privados e os demais investimentos.

Tabela 3 - Correntes de Investimentos Externos na Argentina -1881-1891

(em milhões de peso ouro)

Ano	Empréstimos Públicos	FF.CC.	Inv. Privados	Outras Inversões
1881-85	42,200	47,000	44,300	15,900
1886	41,000	16,000	26,000	
1887	47,000	38,000	107,000	54,000
1888	92,000	89,000	156,000	47,000
1889	31,000	52,000	123,000	56,000
1890	11,000	20,000	34,000	14,000
1891	2,000	6,000	6,000	

Fonte: Rapoport (1988, p.178).

O grande montante dos investimentos argentinos dessa fase foi primeiramente na forma de investimentos privados, seguido pelos feitos nas estradas de ferro, o Ferrocarril Oeste, e finalmente pelos empréstimos públicos. A tabela 8.4 indica que até 1985 houve, inclusive, um quase equilíbrio entre os

investimentos privados, os nas estradas de ferro e nos empréstimos públicos, mas que a partir desse ano os investimentos privados tomaram a dianteira, alcançando o seu valor máximo em 1988 com 156.000 milhão de pesos ouro.

Díaz Alejandro (1985) ressalta que foi, sobretudo, depois da década de 1880 que as fontes externas foram de importância decisiva para o financiamento do capital social fixo e de outras atividades imprescindíveis para que a Argentina se integrasse aos mercados mundiais. Esse se deu de forma direta (investimentos em estradas de ferro, serviços públicos urbanos) e indireta (compra de bônus pelo governo).

A tabela 4 mostra o enorme crescimento de estoque de capital que ocorreu na Argentina no período em consideração. Portos, estradas de ferro, casas, maquinaria, fazendas de gado eram as partes de um grande volume de capital estabelecido através de três décadas do período de unificação nacional até a véspera da I GM.

Tabela 4- Formação de Capital: Crescimento do Estoque de Capital -1884-1914

(Em peso papel deflacionado pelo Índice do Preço ao Consumidor)

Anos	Milhões de pesos (ouro)	Milhões de Pesos (papel) (preços correntes)	Índice de Preços (1884=100)	Milhões de pesos (papel) (preços constantes)
1884	1.875	1.875	100	1.875
1892	5.407	3.264	159	2.052
1895	2.840	8.577	190	4.514
1914	14.955	33.989	206	16.499

Fonte: Cortés Conde (1989, p.24).

Pelo seu exame identifica-se que tanto as séries em moedas ouro como a preços constantes produziram uma taxa de crescimento do período de 7.5%, embora a crise de 1890, quando a depreciação do peso contra o ouro foi maior que a perda do seu poder de compra doméstico, levando

temporariamente a um declínio em valor de ouro do estoque nacional da nação.

Sintetizando o período, Cortés Conde (1997) afirma que entre 1875-1912 este crescimento teve como causa a exploração dos recursos naturais e as melhorias neles realizadas, já que aumentaram sua produtividade. Para ele, a questão não se limitou à incorporação de terras, recursos naturais. Tratou-se também de mudanças tecnológicas no setor agropecuário, que possibilitaram a produção de cereais em terras de gado e implementação de pastagens permanentes e a produção de carne para exportação. Isso conduziu a uma maior valorização da terra e foi, portanto, a incorporação de capital e trabalho na terra que aumentou sua rentabilidade.

O papel da imigração no desenvolvimento argentino

O primeiro censo nacional populacional só aconteceu na Argentina em 1860² e, de acordo com suas cifras, o país estava povoado com aproximadamente 1,8 milhões de habitantes, dos quais 11,5 milhões eram estrangeiros. Os argentinos eram em sua maioria de origem hispânica e a proporção de sangue indígena variava a quase zero por cento em torno dos centros urbanos até as altas percentagens nas fronteiras com o Paraguai, o Brasil, a Bolívia e o Chile.³

Quando a questão indígena e da escravidão foram esgotadas como forma de povoar a Argentina, iniciaram-se os

² Segundo Vázquez-Prevedo (1971), é interessante notar que o primeiro censo de 1860 foi realizado exatamente 300 anos depois das primeiras explorações dos territórios do Prata.

³ É interessante notar que, apesar de toda a mobilização em relação à Campanha do Deserto, a população indígena nunca foi muito numerosa no território argentino. Ingenieros (1915) a estimou ao redor de 530.000 até 1700 e só 210.000 em 1810, sendo que o primeiro número foi considerado demasiadamente alto pelos outros autores. Ingenieros apud Vázquez-Prevedo (1971).

esforços por parte das autoridades para incentivar a imigração.

O movimento imigratório para a Argentina teve causas muito diversas. Sem dúvida, as melhoras na navegação e o drástico barateamento dos custos tornaram possível o deslocamento de alguns milhões de pessoas do outro lado do Atlântico. Entre suas causas também se encontram fatores econômicos, sociais e políticos que de algum modo impulsionaram uma enorme quantidade de pessoas a abandonar seus lugares de origem e enfrentar uma nova vida em um lugar tão distante.

Ainda que a redução dos custos de transportes e a crise agrária na Europa sejam computadas entre as causas da corrente imigratória, uma deliberada política de atração de imigrantes por parte do governo argentino e as características de país "novo" com grandes extensões de terra funcionaram como um extraordinário fator de atração. Na época estudada, existiu o movimento do deslocamento de uma população para as zonas rurais, que significou também uma mudança na relação gado/população existente, conforme pode ser visto na tabela 5.

Tabela 5 - Relação gado/população na Província de Buenos Aires*- 1884 e 1896

Discriminação	1884	1896
Norte	147	70
Centro	319	243
Sul	501	314

Fonte: Cortés Conde (1975, p.150) Nota: Provincia de Buenos Aires, Anuario estadístico, 1884 y 1896.

*Nota: Relação en los anuarios como la unidad ganadera menor a la tasa de 8 ovejas/1 vaca, 8 vacas/10 caballos y 8 mulas/10 vacas.

Como já foi dito a questão da população sempre foi uma preocupação para os governos

argentinos. Na verdade, a escassez de mão-de-obra na Argentina foi um problema persistente durante todo o século XIX. As primeiras idéias sobre a imigração para o país foram expressas por Rivadavia, em 1820, mas só foram efetivamente implementadas com sucesso após 1870, pois políticos, como Rosas, tinham pouco interesse em projetos de imigração. Esse problema foi vivamente descrito por Sarmiento, que junto com Alberdi enfocou a questão da população para o desenvolvimento argentino.⁴

Essa preocupação já estava presente nas palavras de Juan B. Alberdi na sua célebre obra *Bases*:

"La población- necesidad sudamericana que representa todas las demas- es la medida exacta de la capacidad de nuestros gobernantes. El ministro de Estado que no duplica el censo de estos pueblos cada diez años, ha perdido su tiempo en bagatelas y nimiedades. " (Alberdi, *Bases*, XV, apud Maeder, 1980, p. 555)

Segundo Corté Conde (1997), as palavras de Alberdi na sua célebre obra "*Bases*", acabaram ratificadas nos princípios da primeira Constituição, que teve a preocupação de também assegurar os princípios de estabilidade e segurança jurídica, como liberdade de cultos e a secularização da vida social.

Depois da Independência as juntas do governo garantiram aos estrangeiros todos os direitos civis dos nativos, antecipando assim as cláusulas liberais da Constituição de 1853, destacando-se os artigos 14 e 20, onde era estendido a eles o direito de exercer todas as profissões e de professar

⁴ Um exemplo interessante é dado pelas palavras do Bispo de Córdoba, frei José Antonio de San Alberto que descobriu em 1870, com horror, que não havia população suficiente para sustentar uma rede de relações sociais: cada vizinho é um povo à parte". *Cartas pastorales del Ilustrísimo y Reverendísimo Sr. D. Fr. José de San Alberto* apud Halperín Donghi (1973, p.3).

livremente seus cultos religiosos.⁵ Da sua leitura fica clara a extensão dos direitos garantidos aos imigrantes, uma das mais liberais, quando comparada com as legislações dos demais países da época.

Durante muitos anos, a frase "gobernar es poblar" foi um impulso e um ideal da nova nação. No imaginário argentino da época, existia a idéia da "despopulação"⁶ do país, a visão da Argentina como um imenso deserto, inexplorado e sem cultivo. Esta imagem mobilizou a política argentina, ao menos desde 1880, e converteu o país em um dos maiores pólos de imigração do Ocidente ao longo de mais de meio século.

Além disso, existia efetivamente um deserto real a ser povoado, e o mero crescimento vegetativo da população não tinha essa capacidade, de modo que a imigração começou a ser vista como uma solução simples e rápida.

O exemplo dos Estados Unidos, com seu povoamento de novos territórios e seu rápido crescimento na maior parte do século XIX, na mesma época em que a Argentina ainda estava envolvida em guerras civis foi decisivo para gerações de políticos e governantes. (Cortés Conde, 1979, p. 73).

Uma notável mensagem ao Congresso do presidente Avellaneda de 1876, apresentado por Vázquez-Presedo (1971), ilustra com clareza essa permanente preocupação:

"La migración de hombres y los movimientos de capital obedecen ciertas leyes, frecuentemente con similares resultados. El inmigrante pide protección a su país de adopción y huye de exacciones, violencia y anarquía. Países rebeldes y desordenados no son tierras de inmigración. El inmigrante pretende adquirir su tierra y nosotros, propietarios de inmensos territorios, no hemos sido lo suficientemente sabios como para ofrecérselos; debemos abolir todo obstáculo que impida la inmigración." (Vázquez-Presedo 1971 p.110).

⁵ Constitución de 1853 apud Vázquez-Presedo (1971, p. 109).

⁶ Vázquez-Rial (1996, p.21) lembra que Sarmiento escreveu na sua obra *Facundo*, que "o mal que afligia a Argentina era a extensão".

Nas novas zonas do território argentino, segundo Cortés Conde (1979), durante a década de setenta, o tipo de produção foi mais capital- intensivo, entendendo o gado como parte do capital da empresa agropecuária, enquanto o período posterior a 1890 foi mais do tipo trabalho- intensivo. Isso pode explicar-se pela relação com o tamanho dos mercados existentes no início da incorporação dos territórios, em 1880, e o crescimento vegetativo dos rebanhos, pois nessa época existia um capital excedente - o gado- que permanecia ocioso. Assim, em que pese o rápido crescimento demográfico, o país não tinha alcançado níveis que cobrissem as necessidades de mão-de-obra no mercado de trabalho. Por isso o entendimento de que o fator trabalho era escasso. O fato de a exploração de gado ter sido a primeira atividade pode explicar, mais do que a política de terras, a necessidade de poupar esse fator.

A Argentina sempre foi uma terra de rebanhos, onde se sabia menos sobre lavouras e homens, conforme lembra Landes (1998). O triunfo da atividade pastoril e a relativa negligência da agricultura estavam intimamente relacionados com a política agrária e a imigração. Segundo ele, a mão-de-obra continuou de pequeno volume durante a maior parte do século XIX, embora a criação de gado nos pampas não necessitasse de muita mão-de-obra masculina. A consequência imediata dessa situação da mão-de-obra foi, sem dúvida, o atraso no desenvolvimento da agricultura.

Rapoport (1988) lembra que recém em 1876 tinha sido promulgada a Lei n. 817, conhecida como 'Ley Avellaneda', que procurou, com muito menos êxito que o *Homestead Act* dos Estados Unidos, a qual pretendia tomar como exemplo, vincular em forma orgânica a imigração para a colonização

de extensos territórios inexplorados. Essa lei assegurava o pagamento da passagem completa, mas ao mesmo tempo não assegurava ao imigrante a segurança de dispor de terra.(Ortiz,1987). Mas, os imigrantes que chegavam ao país eram diferentes dos pretendidos pelo governo, pois eles não procediam de países nórdicos ou anglo-saxões, pois os grandes contingentes provinham da Espanha e Itália.

Quando começou a imigração maciça, a política de colonização oficial para pequenos proprietários já havia sido abandonada, e a colonização privada diminuía ou estava em mãos de especuladores.

O estado argentino ao legalizar a questão da terra e da imigração, renunciava, assim, a toda política de forma a facilitar toda a possibilidade do imigrante de adquirir terras. Pelas palavras de Ortiz (1987, p.109): "Em lugar de colonos [o governo] não solicitou, desde então, senão peões". Além de outros fatores como proximidade, estabilidade política, língua e costumes que fez a grande contingência de imigrantes como o caso dos Estados Unidos, era evidente que, pela política do Estado argentino, não se podia esperar que chegassem cidadãos dos lugares mais avançados. Em função da religião, a maioria de colonos oriundos da Europa era protestante. A política agrária argentina parecia ser deliberadamente projetada para manter os colonos fora.

A migração para a Argentina, de acordo com Díaz Alejandro (1985), requereu poucos, se algum, subsídios. Ao contrário, com a população de 2.5 milhões em 1880, recebeu 3.2 milhões de imigrantes durante 1880-1910, mais do que 80% da Itália e Espanha. Os arquitetos da política liberal de imigração tinham desejado imigração do noroeste da Europa, e montaram leis depois de 1860 (inclusive tolerância religiosa)

para acomodá-los. Alguns vieram, mas a Argentina permaneceu predominantemente latina.

A tabela 6 apresenta os primeiros números do fluxo imigratório para a Argentina para o período 1871-1878, cotejados com os dados de emigrantes.

Tabela 6 - Fluxo migratório para e da Argentina -1871-1878

(em milhares de pessoas)

Anos	Imigrantes	Emigrantes	Diferenças
1871	20,9	10,7	10,2
1872	37,0	9,2	27,8
1873	76,3	18,2	58,0
1874	66,3	21,3	46,9
1875	42,0	22,5	19,4
1877	36,3	18,3	17,9
1878	42,9	14,8	28,0

Fonte: Lewis (1999, p. 93).

Pela análise desta tabela, identificam-se os anos de 1873 a 1874 como os de pico da chegada dos imigrantes ao país, assim como a tendência crescente durante todo o período em questão. Na década de 1870, a imigração líquida registrou a média anual de 28,6 mil; nos anos 80 a média triplicou para 86,5 mil. Depois o fluxo diminuiu para 40,6 mil nos anos 90; e em seguida, no novo século, especialmente de 1904 a 1913, triplicou de novo, para 125,9 milhões.

Essas diferenças na política e cultura estão refletidas nos números da imigração. Na Argentina, ela só adquiriu impulso no último quartel do século, quando o cultivo do trigo deslanchou - cerca de meio milhão de ha cultivados no começo da década de 1870, ainda apenas 1,3 milhões no início dos anos 90, depois a explosão, cerca de 24 milhões às vésperas da IGM.

Lynch (1993), um dos principais historiadores argentinos, descreve os imigrantes chegando "em enormes bandos" - cerca de 5,9 milhões entre 1871 e 1914, dos quais 3,1 milhões

permaneceram num país com uma população de 1,7 milhões de habitantes em 1869 (não contando os índios) e 7,8 milhões em 1914. O fluxo não era regular, refletindo acontecimentos políticos, condições econômicas e pressão populacional do país de origem.

Os números líquidos subestimam a contribuição imigrante para a oferta de mão-de-obra, pois, segundo Landes (1998), os números por si só não contam a história toda. Poucos europeus que permaneceram se tornaram cidadãos - entre 1850 e 1930, menos de 5% de imigrantes adotaram a nacionalidade argentina porque, entre outras razões, como cidadãos estariam sujeitos a prestar o serviço militar. ⁷ Ainda segundo este autor, comparando os conhecimentos e qualificações dos imigrantes argentinos com os que foram para os Estados Unidos, "os imigrantes para a Argentina teriam de recuperar mais tarde o seu atraso. Nunca o conseguiram". ⁸

Com relação à imigração interna, ela foi lenta na Argentina, pois parecia ser mais fácil trazer trabalhadores sazonais da Europa do que do norte da Argentina, mesmo quando havia quantidades de trabalhadores na Argentina ganhando salários menores.

Em contraste, para Díaz Alejandro (1985), foi à política de *peopling the wilderness* da Argentina, advogada por Alberdi. Isso fez com que a Argentina se "europeizasse" e mantivesse o salário baixo, e permitiu aos proprietários reter uma maior parte da renda. Mas isso também levou a um movimento de aumento da população na Argentina.

⁷ Este período registrou, em seus primeiros anos, uma naturalização insignificante: em 1895, somente 0,16%; em 1914, 1,4% - (Cornblit apud Landes, 1998).

⁸ Landes (1998) manifesta a preocupação de que tal comparação poderia parecer chocante (politicamente incorreta). Mas para ele isso não se constitui mais que um simples fato, e insere-se dentro dos esforços dos economistas para ponderar as contribuições da mão-de-obra para o crescimento da produtividade por anos de escolaridade e outros aditamentos ao capital humano.

Identificam-se duas fases em relação à atração dos imigrantes para a Argentina. Na primeira fase, a dos anos oitenta, o fator de atração foi à terra abundante e barata. Por sua vez, nos anos pós - crise dos anos noventa, o fator de atração foram os salários⁹ pagos na Argentina, principalmente para os trabalhadores temporários.

Parte da mão-de-obra que entrava no país dirigia-se ao setor agrícola que, com o aumento da extensão da terra cultivada, seguiu aumentando durante todo o período, inclusive durante a crise de 1890.¹⁰ Isso aliviou o problema da falta de emprego e impediu que se agravasse. A atração desses trabalhadores foram os salários reais dessa época que chegavam a ser de 2 ou 3 vezes os pagos na Espanha ou na Itália, mesmo corrigidos pelo custo de vida. (Williamson apud Taylor 1994). Quando a atividade econômica melhorou depois de 1900, houve novamente a resposta imediata do incremento da imigração.

Sem dúvida, o que caracterizou o processo imigratório argentino inaugurado após os anos 80 do século XIX foi a falta de acesso à terra, que já se encontrava distribuída e apropriada nessa época, e, sem um plano alternativo de colonização, frustrou os planos de uma ocupação nos apregoados "espacios vazios".

A integração do mercado de trabalho argentino com a Europa, em especial com a Itália e a Espanha, segundo Díaz Alejandro (1970), chegou a tal ponto que os trabalhadores europeus cruzaram o Atlântico somente para trabalhar nas

⁹ Mulhall apud Vázquez-Precedo (1971) corroboram estas informações afirmando também que as principais correntes imigratórias de italianos e espanhóis foram atraídas por salários que correspondiam à metade do que se pagava na Inglaterra em empregos similares ou a 1/4 do nível pago nos Estados Unidos.

¹⁰ Segundo Conde (1979), também houve contingentes de trabalhadores imigrantes engajando-se em atividades temporárias por isso ganharam o apelido *birds of passage* ou *golondrinas*.

colheitas e depois retornavam aos seus países de origem. É preciso advertir para a enorme importância da imigração no auge da oferta de trabalho. Entre 1857 e 1930 teve lugar uma imigração líquida de uns 3,5 milhões em um país cuja população total era de 1,7 milhões em 1869.

A tabela 7 mostra os vínculos existentes entre o mercado de trabalho argentino e os da Itália e Espanha.

Tabela 7- Imigração líquida na Argentina desde países ultramarinos, 1857-1930

(milhares de pessoas para o período indicado)

Períodos	Não argentinos com passagem marítimas de segunda e terceira classe	Total de pessoas com passagem marítimas de todas as classes
1857-60	11,1	12,7
1861-70	76,6	80,5
1871-80	85,1	90,7
1881-90	637,7	648,7
1891-1900	319,9	337,8
1901-10	1 120 2	1 134 3
1911-20	269,1	280,0
1921-30	856,0	905,8
1857-1930	3 375 7	3 490 5

Fonte: Díaz Alejandro (1970, p.186).

O seu exame apresenta com destaque os passageiros com passagem de segunda e terceira classe para o período 1857-1930, mostrando que o pico de entrada no país deste tipo de imigrante foi a década 1901-10.

Dos 6,3 milhões de imigrantes ultramarinos que chegaram à Argentina entre 1857 e 1930, 46 % eram italianos e 32 % espanhóis, sendo que a participação italiana tendeu a diminuir no transcurso dos anos, ao mesmo tempo em que a imigração proveniente da Espanha e Europa oriental teve suas taxas aumentadas. São vários os elementos que explicam essa composição, destacando-se as suas relações com o clima, o idioma e, uma vez iniciado o processo, o encontro de um

grande número de compatriotas no país, atenuando assim as dificuldades iniciais na chegada ao país.

A participação argentina nas correntes migratórias de pessoas não latinas era pequena quando comparada com países como os Estados Unidos.

Um grupo que chama a atenção pela sua pequena participação no contingente de imigrantes, principalmente em função da sua grande importância em outras esferas da vida argentina, foi o dos imigrantes ingleses.

Muitos fatores, além da inaptidão e falta de interesse na produção de gado, desestimularam uma forte imigração inglesa. Um deles foi o relatório do Cônsul inglês, em 1872, advertindo fortemente quanto à imigração para a Argentina. Por sua leitura, dessa vez não eram os índios, mas sim os *gauchos malos* os vilões, que teriam matado quatorze fazendeiros, inclusive ingleses, em uma rebelião dos nativos argentinos. A sua publicação, assim, novamente teve o efeito de interromper os fluxos estrangeiros para os pampas. (Slatta apud Hennessy, 1992). O pensamento inglês da época era que a vida na Argentina era cheia de aventuras e oportunidades para acumular bastante capital e depois gozar a vida na Inglaterra. Ao menos neste aspecto eles dividiram com os espanhóis a mentalidade de *hacer la América*. Mas eles tinham mais interesse em investir em estradas de ferro e em outros negócios rentáveis do que fazer parte da formação da força de trabalho argentina. (Hennessy, 1992).

Mas é importante ressaltar que os imigrantes ingleses, apesar de seu pequeno número, tiveram grande influência na vida argentina, principalmente pelo *background* trazido pelos mesmos. O número de residentes britânicos, de acordo com Vázquez-Presedo (1971, p.116), era em torno de uns 20. 000 habitantes e de menos de 30.000 em 1914, incluindo entre

esses totais tanto profissionais e comerciantes como trabalhadores. Segundo ele a Argentina tinha poucos atrativos para o imigrante inglês, pois ele tinha de competir não só com a população nativa, como também com a crescente imigração italiana e espanhola que tendia a reduzir os salários. Os principais obstáculos para uma crescente imigração maciça inglesa foram os seguintes: clima, idioma, costumes e religião, o sistema de posse de terra, as invasões dos índios, o confisco injusto da propriedade tanto por tropas rebeldes como pelas governamentais.

Diferente dos Estados Unidos onde a imigração era uma questão política quando tanto os Democratas como os Republicanos procuravam recrutar os imigrantes para as suas fileiras, esse não foi o caso da Argentina, onde o sistema oligárquico não os acolheu. Uma prova disso é que, mesmo em 1916, somente 12% da Câmara dos Deputados e 4% do Senado era de primeira geração argentina. Mesmos as leis de imigração mais frouxas não fizeram variar o fluxo do Império, pois a percentagem dos britânicos no total da população de Buenos Ares que era de 3.5% em 1860 chegava a apenas 0.93% em 1914. Entre 1885 e 1889, a imigração representou em média 76% do crescimento anual da população e 58% entre 1904 e 1910.

Entre 1870 e 1914, chegaram à Argentina quase 6 milhões de imigrantes, principalmente homens jovens, espanhóis e italianos, sendo que em 1914 os estrangeiros superaram o número de argentinos de nascimento no grupo de 20 a 40 anos. Isso explica por que a influência dos imigrantes na força de trabalho total foi maior do que na população em geral. Houve duas influências da imigração na formação da força de trabalho: primeira, seu aporte direto no crescimento da população total e no incremento da taxa de

crescimento natural da população; segunda seu aporte anual de mão-de-obra que entrou no mercado de trabalho. Sobre a magnitude da imigração na Argentina, Oddone (1972) afirma que em nenhum outro país entrou um contingente de imigrantes tão grande em um período tão breve.

A influência da imigração atingiu todos os níveis da sociedade argentina, não se restringindo apenas ao mercado de trabalho. Do ponto de vista cultural e social, a imigração de 1857-1930 atribuiu ao país características diferentes, determinando uma mudança fundamental na distribuição demográfica dentro do território argentino.

Considerações Finais

O período de intenso crescimento da economia argentina ocorrido no final do século XIX, a chamada *Belle Époque*, que teve como base a exploração de recursos naturais, aliada à grande abertura ao exterior, provocou um enorme deslocamento de capitais e trabalho. Ele pode ser sintetizado pela elevada relação terra/população, grandes quantidades de exportações, abertura aos mercados externos e intensa relação com a Inglaterra.

A acumulação de capitais foi um ponto central neste período de crescimento onde a liderança britânica e as características dos sistemas financeiro internacional e nacional foram muito importantes. O crescimento argentino não foi somente um recorde entre os países de povoamento recente e com grande crescimento como o Canadá, os Estados Unidos e a Austrália, mas também estabeleceu um recorde doméstico, um marco difícil de ser novamente alcançado. A extensão e qualidade dos resultados materiais alcançados nessa época levaram à criação dentro da consciência do

povo argentino de uma ideologia de progresso ilimitado. Mas o mais importante foi o caráter instável deste crescimento e a incapacidade do país de manter taxas razoáveis no longo prazo, o que conferiu uma característica peculiar a toda a história da economia argentina.

Dada esta situação de poucas instituições e havendo a necessidade crítica de investimento em infra-estrutura, a solução encontrada foi a atração do investimento externo com a preponderância dos provenientes da Grã-Bretanha. Esses investimentos assumiram a forma de empréstimos governamentais e da construção das estradas de ferro, exclusivamente britânico, sendo que o Estado jogou um papel relevante na atração desses investimentos.

A construção das estradas de ferro, apesar de requerida pelas oportunidades do comércio externo, ao permitir o acesso às novas regiões e à integração efetiva de algumas já existentes, desempenhou um papel relevante na promoção da consolidação nacional, em termos geográficos, por substituir os rios e canais inexistentes no país e, em termos econômicos, por permitir o intercâmbio regional. A importância das estradas de ferro como elementos imprescindíveis para a integração e acesso às novas terras e da construção da nação argentina, principalmente pela incorporação da região do pampa, sempre esteve presente nas palavras de estadistas e políticos da época, a ponto de Alberdi (1999), compará-las, como agentes da cultura, aos conventos da Idade Média.

A vinda das grandes empresas de estradas de ferro só aconteceu com o ingresso do capital britânico, fazendo com que os dois movimentos fossem simultâneos e inseparáveis. A rede argentina tornou-se a maior e mais importante da América Latina, sendo que duas companhias de capital inglês

- o Ferrocarril Central Argentino e o Ferrocarril Gran Sud-ocuparam os primeiros lugares no sistema. O período da construção das estradas de ferro já estava bastante consolidado em 1890, existindo 21 companhias privadas e 3 do estado, integrando e dominando todas as zonas estratégicas da região do pampa, trazendo uma substancial redução nos custos de transporte e assumindo aproximadamente 80% da produção total transportada.

As primeiras inversões, diferentemente do que ocorreria mais tarde, não visavam lucros expressivos, mas sim a expansão das exportações britânicas e a venda de seus serviços. O período posterior que se inicia em 1880, os investimentos apesar de serem ainda predominantemente britânico, teve características diferentes do, pois não dependia mais do desenvolvimento do comércio, ainda que o tenha influenciado no médio prazo, e novamente coube ao Estado argentino propiciar o ambiente propício para a chegada dos mesmos.

Depois de uma rápida e mal sucedida experiência de utilização da mão-de-obra indígena e africana, a Argentina partiu para a atração de imigrantes de origem européia. Ao adotar a imigração como uma solução o país estava revogando as idéias do seu passado recente, baseadas nas leis espanholas de exclusão. O fluxo imigratório foi tão intenso que se pode afirmar que o processo demográfico e a incorporação maciça dos imigrantes foram umas chaves fundamentais de sua história. A Argentina, assim tornou-se um dos maiores pólos de imigração do Ocidente, sendo mais do que 80% provenientes da Itália e Espanha. Os números sobre a imigração são muito diferenciados, havendo alcançados segundo Benthel (1993), 5,9 milhões entre 1871 e 1914, dos quais 60% permaneceram no país, número este expressivo em

termos da pequena população local na época. Do excelente conjunto das estatísticas de Vázquez-Presedo (1971), destacam-se os quinquênios 1885-1890, 1905-1910 e 1910-1915, onde a taxa de imigração líquida superou a do crescimento vegetativo, sendo que no primeiro foi mais do que o dobro.

Resta destacar ainda, que a modificação que a grande quantidade de imigrantes, provenientes das mais diferentes regiões do mundo trouxe para a Argentina, não levou o país a perder a sua identidade inicial.

Referências Bibliográficas

BEYHAUT, Gustavo e Hélele. *América Latina III. De la Independencia a la Segunda Guerra Mundial*. México: Siglo XXI, 1985.

CORTES CONDE, R. *Dinero, deuda y crisis. Evolución fiscal y monetaria en la Argentina 1862-1890*. Buenos Aires: Editorial Sudamerica Instituto Torcuato Di Tella, 1989.

CORTÉS CONDE, R. *La economía argentina en el largo plazo (siglos XIX y XX)*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana Universidad de San Andrés, 1997.

DI TELLA, G. E ZYMELMAN, M. *Las etapas del desarrollo económico argentino*. Buenos Aires: EUDEBA, 1967.

DÍAZ ALEJANDRO, C. F. Argentina, Australia e Brazil before 1929. In PLATT, D. C. M. DI TELLA, G. *Argentina, Australia and Canada. Studies in comparative development. 1870-1965*. Oxford: St Antony's College, 1985.

DÍAZ ALEJANDRO, C. F. *Essays on the economic history of the Argentina Republic*. New Haven: Yale University Press, 1970.

FERNS, H. S. *Britain the nineteenth century*. Oxford: Claredoon Press, 1960.

FERNS, H. S. *Gran Bretaña y Argentina en el siglo XIX*. Buenos Aires: Ediciones Solar: 1979.

FORD, A. G. La Argentina y la crisis de Baring de 1890. In: ZAPIOLA, M. G. *El regime oligárquico. Materiales para el estudio de la realidade argentina (hasta 1930)*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1975.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *História Contemporanea de la America Latina*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

HENNESSY A. Argentines, Anglo-Argentines and Others. In: HENNESSY, A,

KING, J. *The Land That England Lost*. London: British Academic Press, 1992.

LACLAU, Ernesto. Modos de produção, sistema económicos y población excedente. aproximación histórica a los casos argentinos y chileno. In: ZAPIOLA, M. G. *El regime oligárquico. Materiales para el estudio de la realidade Argentina (hasta 1930)*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1975.

LANDES, David. *Riqueza e a pobreza das nações. Por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

LENZ, Maria Heloisa. LENZ, Maria Heloisa. *Crecimiento económico e crise na Argentina de 1870 a 1930: a Belle Époque*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LYNCH, Jonh. Las repúblicas del Río de la Plata. In: BETHELL, Leslie. *América Latina independiente. 1820-1870*. Ed. História de América Latina 6. Barcelona: Editorial Crítico, 1991.

LEWIS, Colín. Del crecimiento al retraso económico: una revisión de los recientes debates sobre la historia económica y social argentina. *Ciclos en la historia, la economía e la sociedad*. Año 9, v. 9, n. 18, 2 semestre de 1999.

MAEDER, Ernesto. J. A. Poblacion e inmigracion en la Argentina entre 1880 y 1910. In: FERRARI, G; GALLO, E. (copiladores). *La Argentina del ochenta al centenario*, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1980.

ORTIZ, Raúl Scalabrini. *Historia económica de la Argentina, 1850-1930*. Buenos Aires: Editorial, 1995.

RAPOPORT, M. y Colaboradores *Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2000)*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2000.

RAPOPORT, M. El Modelo agroexportador argentino, 1880-1914. In: RAPOPORT, Mario. (Compilador). *Economía e Historia. Contribuciones a la historia económica argentina*. Buenos Aires: Editorial Tesis, 1988.

TAYLOR, Alan. *Three Phases of Argentine Economic Growth*. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1994. (Historical Paper. n. 60: mimeo).

VÁZQUEZ-PRESEDO, V., *El caso argentino. Migración de factores, comercio exterior y desarrollo 18875-1914*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1971.

VÁZQUEZ-PRESEDO, V. *Estadísticas históricas Argentinas (Comparadas)*. Primera Parte -1875-1914 e Segunda Parte -1914-1939. Buenos Aires: Macchi, 1971,1976.

VÁZQUEZ-RIAL Horacio (org) (1996) Buenos Aires 1880-1913. *La capital de un imperio imaginario*. Madrid: Alianza Editorial: 1996.